

Novo choque econômico pode vir logo

Aguarde um novo choque econômico num prazo mais rápido do que se supõe. A nomeação do embaixador Marcílio Marques Moreira, para o Ministério da Economia, deverá apressar esta decisão. As limitações impostas pela economia e os indícios colhidos por Dinheiro Vivo reforçam substancialmente esta suspeita.

As estratégias para se enfrentar a crise podem ser divididas em duas famílias básicas: o tratamento gradativo ou de choque.

Há uma série de fatos que tornam difícil a execução de um tratamento gradativo. No campo econômico, existe um quadro de preços represados, câmbio atrasado, superávit fiscal sob suspeita e a contagem regressiva para a devolução dos cruzados. No campo político, o profundo descrédito provocado pela atuação recente do Presidente da República.

Sobre este pano de fundo, existem também as seguintes evidências:

1. Informações exclusivas, obtidas por Dinheiro Vivo, indicam que há duas semanas, em Washington, a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, passou uma tarde inteira em conversas com o embaixador Marcílio

Marques Moreira, sobre o Plano Cavallo, implantado na Argentina. Moreira mostrou-se um defensor intransigente da convertibilidade da moeda interna. Chegou a alegar que seria a única saída para o País. Zélia tinha dúvidas sobre os efeitos do plano nos preços.

2. O economista André Lara Resende, um dos "cruzados" e pai do "cruzouro" (plano que guarda semelhanças com o argentino), já teve a oportunidade de apresentar seus estudos ao Presidente da República. Neste final de semana, deverá dar início a uma ofensiva de divulgação de seu trabalho. E nos próximos dias deverá rumar para Buenos Aires, a fim de discutir mais detalhes do plano com seu colega de Harvard, Domingo Cavallo, ministro da Economia daquele país.

O plano "cruzouro" contém algumas características distintas dos planos anteriores. Prevê basicamente a criação de um título público, lastreado nas reservas cambiais do país. Este título teria prazo de quatro anos. No período, poderia funcionar como indexador em contratos. Vencido o prazo, ele seria transformado na nova moeda do País. Até lá, o governo se incumbiria de ampliar as reformas estruturais e a abertura da economia.